

Área: Estratégia | Tema: Estratégia na Gestão Pública

**ANÁLISE DO PPA 2014 - 2017 NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CACEQUI**

**ANALYSIS OF PPA 2014 - 2017 IN THE AREA OF EDUCATION IN THE CITY HALL OF CACEQUI**

Sandrinne Nunes Sabino, Aline Martins Dos Santos, Mariély Freitas Flôres, Francine Minuzzi Gorski e Julio

Cezar Mairesse Siluk

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a situação atual do Plano Plurianual (PPA 2014-2017) na área da educação na Prefeitura Municipal de Cacequi no Estado do Rio Grande do Sul. Para realização deste trabalho foram realizadas entrevistas não estruturadas com servidores responsáveis pela elaboração e execução das ações do Plano. Ainda, foi utilizada a abordagem qualitativa para descrever os resultados. Durante a pesquisa, foi possível verificar que o município de Cacequi executou a maior parte das ações previstas no PPA 2014-2017, sendo que apenas duas das atividades não foram executadas. Por fim, foram sugeridas ações para a execução completa das atividades.

**Palavras-Chave:** planejamento na gestão pública, plano plurianual, educação.

**ABSTRACT**

The objective of this study is to analyze the current situation of the Multiyear Plan (PPA 2014-2017) in the area of education in the Municipality of Cacequi in the State of Rio Grande do Sul. For the accomplishment of this work, unstructured interviews were carried out with servers responsible for the elaboration and execution of the actions of the Plan. Furthermore, the qualitative approach was used to describe the results. During the survey, it was possible to verify that the municipality of Cacequi executed most of the actions foreseen in the PPA 2014-2017, with only two of the activities not being carried out. Finally, actions were suggested for the complete execution of the activities.

**Keywords:** planning in public management, multiannual plan, education.

## **Eixo Temático: Estratégia na Gestão Pública**

### **ANÁLISE DO PPA 2014 – 2017 NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI**

### **ANALYSIS OF PPA 2014 - 2017 IN THE AREA OF EDUCATION IN THE CITY HALL OF CACEQUI**

#### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a situação atual do Plano Plurianual (PPA 2014-2017) na área da educação na Prefeitura Municipal de Cacequi no Estado do Rio Grande do Sul. Para realização deste trabalho foram realizadas entrevistas não estruturadas com servidores responsáveis pela elaboração e execução das ações do Plano. Ainda, foi utilizada a abordagem qualitativa para descrever os resultados. Durante a pesquisa, foi possível verificar que o município de Cacequi executou a maior parte das ações previstas no PPA 2014-2017, sendo que apenas duas das atividades não foram executadas. Por fim, foram sugeridas ações para a execução completa das atividades.

**Palavras-chave:** planejamento na gestão pública, plano plurianual, educação.

#### **ABSTRACT**

The objective of this study is to analyze the current situation of the Multiyear Plan (PPA 2014-2017) in the area of education in the Municipality of Cacequi in the State of Rio Grande do Sul. For the accomplishment of this work, unstructured interviews were carried out with servers responsible for the elaboration and execution of the actions of the Plan. Furthermore, the qualitative approach was used to describe the results. During the survey, it was possible to verify that the municipality of Cacequi executed most of the actions foreseen in the PPA 2014-2017, with only two of the activities not being carried out. Finally, actions were suggested for the complete execution of the activities.

**Keywords:** planning in public management, multiannual plan, education.

## **1. INTRODUÇÃO**

Considerando que o objetivo da administração pública são os interesses da coletividade, a busca pela excelência no serviço público é imprescindível, sendo que o planejamento tem sido um fator relevante para o sucesso gestão.

Segundo LACOMBE (2008) o planejamento determina a direção a ser seguido para se alcançar um resultado desejado, isto é, definir com antecipação os rumos, o que fazer, de que maneira fazer, quando fazer e quem deve fazer. Para Da Silva (2013) no setor público existe um cronograma para realização. Primeiramente é feito o Planejamento Estratégico, depois Plano Plurianual, Planejamento Operacional e o Orçamento Anual.

Dentro desse contexto, o Plano Plurianual que é um dos planejamentos mais importantes, nele deve constar quais ações a administração busca nos próximos quatro anos e como pretende investir seus recursos.

Diante disso, esse trabalho tem por objetivo avaliar ações do PPA 2014-2017 no setor de Educação no município de Cacequi no Estado do Rio Grande do Sul e por fim propor soluções para a conclusão das atividades não realizadas.

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

O referencial teórico apresenta citações de autores argumentando sobre administração pública, planejamento na gestão pública e Plano Plurianual.

### **2.1 Administração Pública**

De acordo com Paludo (2013), a Administração Pública contempla as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes encarregados de atender às necessidades de todos, além de representar à função administrativa, compreende todo o aparato existente à disposição dos governos.

Função administrativa na opinião de Madeira (2010) é o mesmo que falar na execução das políticas presentes abstratamente na constituição, nas leis e definidas nas eleições pelo voto, também a gestão de recursos humanos, financeiros e econômicos do Estado. No dizer de Da Silva (2013) essa função deve ser exercida predominantemente pelo Poder Executivo, mas em alguns casos, de forma atípica, outros Poderes constitucionais também poderão exercê-la. Segundo Matias-Pereira (2009), a administração pública deve ser entendida como todo sistema de governo, conjunto de ideias, atitudes, normas, processos, instituições e outras formas de conduta humana, que determinam a forma de distribuir e de exercer a autoridade política e como se atendem aos interesses públicos.

Nesse sentido, o autor afirma que é explícito que a capacidade da administração pública de desempenhar e obter bons resultados em prol da sociedade depende, em geral, do modo como se encontra estruturada (MATIAS – PEREIRA, 2009).

Na visão de Da Silva (2013) a administração pública está estruturada no âmbito federal foi disciplinada pelo Decreto-Lei nº 200/67, sendo dividida em Administração Direta e Indireta, esta formada pelas Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e suas Subsidiárias e pelos Consórcios Públicos.

#### **2.1.1 Administração Direta**

Paludo (2013) afirma que Administração Direta compreende as atribuições e serviços anexados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, assim como os órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União.

Quando se fala em desconcentração, segundo Madeira (2010) é o mesmo que falar sobre administração direta, posto que é a pessoa constitucionalmente denominada que, sem participação de outro ente, desempenhará as tarefas administrativas de sua competência.

Esses órgãos têm estrutura, competências, servidores e poderes, sendo que são destituídos de personalidade jurídica, mesmo que possam ter capacidade autoridade para executar ações, como descrito por Da Silva (2013), como é o caso, por exemplo, da Mesa da Assembleia Legislativa. Em outras palavras, Paludo (2013) alega que estes órgãos são centros de competências despersonalizados, que atuam na pessoa de seus agentes, sob responsabilidade da entidade estatal a que pertencem.

### 2.1.2 Administração Indireta

Segundo Paludo (2013) a administração indireta é composta, unicamente, por pessoas administrativas e é constituída por entidades de Direito Público e Privado. Além disso, afirma que todas têm personalidade jurídica própria e autonomia, e agem por outorga do serviço ou pela delegação da execução.

Nesse sentido, Da Silva (2013) afirma que enquanto a Administração Direta tem, entre suas funções, o exercício do poder de polícia e a prestação de serviço público, as entidades da Administração Indireta podem prestar serviço público e exercer atividades econômicas.

Paludo (2013) afirma que a administração pública indireta é composta por: autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e os consórcios públicos constituídos como associação pública, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Empresas públicas que fazem parte da administração direta.

Entidades	Conceito
Autarquias	Correspondem a uma extensão da Administração direta, visto que prestam serviços públicos e executam atividades típicas do Estado e forma descentralizada (PALUDO 2013).
Fundações	Afetado a um fim social, sem finalidade lucrativa e com autonomia administrativa, sem hierarquia, mas supervisionado pelo ente instituidor (DA SILVA 2013).
Empresas Públicas	Entidades dotadas de personalidade jurídica de Direito Privado. Também possuem patrimônio próprio, mas o capital é exclusivo do ente estatal (PALUDO 2013).
Sociedades de Economia Mista	Criada por lei para exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou a entidade da Administração Indireta (BRASIL 1967).
Consórcios constituídos como Associação Pública	Parcerias formadas por dois ou mais entes da federação para prestar serviços públicos por meio de gestão associada (DA SILVA 2013).

Fonte: Autor.

A Administração Pública, segundo Matias-Pereira (2009), com objetivo de responder as demandas da sociedade, além de permanecer no desenvolvimento econômico, necessita de uma gerência eficiente, no sentido de melhor cumprir suas funções e atingir seus objetivos.

Matias-Pereira (2009) afirma que a prática do planejamento é essencial na administração pública, devido aos benefícios que a utilização traz as organizações. Somando-se a isso Da Silva (2013) acrescenta que este método é proativo, pois se antecipa aos problemas e às dificuldades existentes ou que poderão advir, os quais necessitam ser resolvidos.

## 2.2 Planejamento na Gestão Pública

O planejamento segundo Paludo (2013) consiste num processo para estabelecer objetivos e definir a maneira adequada para alcançá-los.

Já na visão de Da Silva (2013) é um conjunto de conceitos, ideias e intenções viáveis, sistematicamente organizado e com identificação de responsabilidades de pessoas e organizações que norteiam ações a serem implementadas para atingir metas da Administração Pública.

A autora acrescenta também que não são reconhecidas como planejamento a mera elaboração de propósitos, objetivos e metas, sem o devido acompanhamento, a investigação das distorções na conquista dos objetivos definidos e o compromisso de prestação de contas.

Matias-Pereira (2009) alega que a sobrevivência das organizações públicas passa pela capacidade de antever as ameaças decorrente das turbulências geradas por essas transformações em seus negócios ou atividades. Assim o autor afirma que o planejamento é a busca de antecipar o futuro.

Havendo situações novas, Da Silva (2013) argumenta que o planejamento deve ser reajustado para que não ocorra o distanciamento entre o planejado e as ações em curso. Sem esses ajustes, os planos originalmente feitos podem ser prejudicados, levando assim a dificuldade para o alcance do objetivo.

Para que o planejamento ocorra de forma satisfatória a autora acrescenta que existem duas fases para concluir o planejamento: a fase conceitual e a fase operacional.

### 2.2.1 Fases do Planejamento

#### 2.2.1.1 Fase Conceitual

Na fase conceitual, segundo Da Silva (2013), são definidas a Missão, a Visão de Futuro, as Diretrizes e os Objetivos Estratégicos como apresentado no Quadro 2:

Quadro 2: Conceitos missão, visão, diretrizes e objetivos estratégicos.

<b>Missão</b>	<b>Visão de Futuro</b>	<b>Diretrizes</b>	<b>Planejamento Estratégico</b>
É a razão de ser da empresa: além do porquê, expressa a essência da organização e deve ser orientada para o futuro (PALUDO 2013).	Deve traduzir o consenso dos membros da organização sobre o futuro que deseja (PALUDO 2013).	Ajudam a eleger as ações adequadas para atingir as metas da organização (PEREIRA 2012).	Alvo ou ponto quantificado, com prazo de realização e responsável estabelecidos, que se pretende alcançar através de esforços extra (OLIVEIRA 2013).

Fonte: Autor.

#### 2.2.1.2 Fase Operacional

A fase operacional possui etapas distintas. Na visão de Da Silva (2013) na primeira etapa são estabelecidas as metas, ações e etapas. Após serem estabelecidas, são registradas e então executadas. Depois de serem executadas, é necessário o acompanhamento das ações e metas alcançadas, para que seja possível o controle e também o ajuste de procedimentos.

Outro ensinamento de Da Silva (2013) é em relação ao cronograma, no qual apresenta a ordem para que ocorra o planejamento na gestão pública.

### 2.2.1.2.1 Cronograma do Planejamento

Para Da Silva (2013), o planejamento ocorre por ciclos, e está dividido em dois tipos: o ciclo quadrienal, representado pelo planejamento estratégico e pelo Plano Plurianual, e o ciclo anual, representado pelo planejamento operacional e pelo Orçamento Anual.

Segundo a autora o planejamento tem a seguinte linha cronológica: planejamento estratégico que será a base do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o planejamento operacional que será a base do Orçamento Anual.

O cronograma apresentado no Quadro 3 pode ser considerado:

Quadro 3: Cronograma do planejamento.

<b>Planos:</b>	<b>Elaboração:</b>	<b>Validade:</b>
Planejamento quadrienal ou estratégico:	Janeiro a abril	Próximos 4 anos
Plano Plurianual:	Mai a junho	
Planejamento Operacional:	Junho a julho	Ano seguinte
Orçamento Anual:	Agosto	

Fonte: autor

Segundo Da Silva e Bolzan (2016) o Plano Plurianual é a lei que tem maior alcance das prioridades e direcionamento das ações do governo, destaca-se por ser um instrumento que expressa a visão do governo quanto ao desenvolvimento.

### 2.3 Plano Plurianual (PPA)

Paludo (2013) afirma que o Plano Plurianual é um instrumento de planejamento de maior alcance para estabelecer prioridades e direcionar ações do governo. Kohama (2012) acrescenta que é um plano de médio prazo, que procura ordenar as ações do governo, para que possa atingir os objetivos e as metas definidos para os próximos quatro anos.

De acordo com Paludo (2013) o PPA especifica as despesas que possuem contínua duração, adequando a programação orçamentária anual ao planejamento de longo prazo, assim ele retrata o compromisso com os objetivos, visão de futuro e também com a destinação dos recursos orçamentários.

Segundo Andrade (2008), parte do Poder Executivo, a iniciativa do projeto de lei do PPA, e todos os órgãos que integram a administração tem grande responsabilidade pelo mesmo.

Para Nascimento (2006) torna-se possível a verificação da efetividade na execução dos programas por meio de avaliação e acompanhamento, podendo assim revisar objetivos e metas definidas inicialmente. A verificação de receitas financiadoras do Plano segundo Andrade (2008) atende aos objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, que visa ao crescimento econômico e à ampliação das ações de governo.

Segundo Rezende (2007) derivam –se do PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Nascimento (2006) acrescenta que o papel da LDO consiste em ajustar as ações de governo, previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa. Já a LOA para Rezende (2007) organiza os recursos necessário para as ações que constam na LDO.

O processo de planejamento, onde encontra-se o PPA, é essencial para execução das políticas públicas segundo Dias (2012), o autor também acrescenta que a integração do

planejamento e orçamento é fundamental para viabilizar políticas públicas que respondam as necessidades da população.

De acordo com MARION, DIAS e TRALDI (2002), nessa fase se faz à descrição detalhada do método adotado para o desenvolvimento da pesquisa. Em linha com este conceito, DEMO (1995, p. 11), diz que metodologia significa “estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa”.

Para BEUREN et al. (2004), a metodologia é determinada com base no problema formulado, podendo assim, ser trocado ou seguido da elaboração de hipóteses. Sendo, que serão apresentados da seguinte sequência delimitando a caracterização da pesquisa: quanto à natureza, quanto à abordagem do problema, quanto aos seus objetivos, quanto aos procedimentos técnicos.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

##### **3.1.1 Quanto à natureza**

A pesquisa, sob o aspecto da sua natureza, conforme Appolinário (2004) pode ser básica ou aplicada. A Pesquisa Básica destina-se à investigação de fenômenos físicos e seus fundamentos e a Pesquisa Aplicada utiliza-se dos conhecimentos obtidos pela Pesquisa Básica para solucionar ações concretas e solucionar os problemas existentes.

Na pesquisa, este trabalho classifica-se como aplicada, pois foi feita em um órgão público e a partir de pesquisas científicas foram obtidos conhecimentos para alcançar resultados.

##### **3.1.2 Quanto à abordagem**

Sob o ponto de vista da abordagem do problema, a pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa.

Para Silveira e Córdova (2009), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e de uma organização. Enquanto, a pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno e as relações entre variáveis.

No trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa para descrever fatores observados na entrevista, e também no Portal da Transparência bem como para melhor entendimento e alcance de resultados.

##### **3.1.3 Quanto aos objetivos**

A pesquisa, sob o ponto de vista de seus objetivos, pode ser exploratória, descritiva ou explicativa. Sob esta perspectiva, esta pesquisa classifica-se em exploratória, pois, conforme Beuren (2003), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Na pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos para embasamento, além disso, entrevista não estruturada com servidores secretaria para obter informações sobre o plano plurianual existente e pesquisa no site do Portal da Transparência com objetivo de aprofundar o estudo.

### 3.1.4 Quanto aos procedimentos

Conforme Marconi e Lakatos (2010), os métodos de procedimentos constituem etapas mais concretas da pesquisa, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos.

No trabalho, o método utilizado é o estudo de caso. De acordo com Yin (2010) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos”.

Levando isso em consideração, o trabalho foi realizado a partir de entrevista não estrutura com servidores que executaram o plano plurianual já existente, com intuito de verificar se as atividades foram realizadas no Município de Cacequi que serviu de base para detectar avanços e dificuldades para o êxito do planejamento da secretaria.

### 3.2 Coleta de dados

Conforme Yin (2010) a coleta de dados pode vir de seis fontes: documentos, registros em arquivos, observação direta, entrevistas, observação participante e artefatos físicos.

Na pesquisa a coleta de dados foi feita através de entrevista não estruturada. O instrumento de coleta dividiu-se em três partes, a primeira foi a observação do plano plurianual existente, para que fossem apresentados quais projetos foram realizados, quais estão em andamento e quais não foram realizados. A segunda o porquê da não realização de alguns projetos e quais as dificuldades para efetividade do plano. E a terceira pesquisa no Portal da Transparência para aprofundar o estudo.

### 3.3 Tabulação e Análise dos Dados

Para Yin (2010) a análise de dados consiste no exame, na caracterização e na tabulação dos dados coletados, para tirar conclusões.

As análises dos dados foram feitas com base nas pesquisas realizadas e nas tabelas, para que assim fosse possível responder o objetivo da pesquisa.

## **4. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA**

Em 1913, Cacequi era um povoado junto a Estação Ferroviária, pertencente a São Vicente do Sul, passando a São Gabriel. O movimento emancipacionista surgiu depois que deixou de pertencer a São Vicente. Diversas comissões foram nomeadas para, finalmente constituir-se município, criado pelo decreto Lei Estadual nº 715, 28 de dezembro de 1944. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de janeiro de 1945, quando foi nomeado seu primeiro prefeito.

Atualmente, Cacequi é um município com 13.616 habitantes, e está na Fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul, integra a Microrregião Geográfica de Santa Maria. Possui uma área de 2360,5 km².

Também conhecida como capital da melancia ou terra da melancia, a cidade possui 3 grandes pontos turísticos, dentre ele a maior ponte férrea da America Latina (PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI, 2018).

## 5. RESULTADOS E CONCLUSÃO

Para elaboração da pesquisa foi utilizado o Plano Plurianual 2014 – 2017 elaborado pela gestão 2013 – 2016 que é válido até o primeiro ano de mandato da gestão 2017 – 2020 da cidade de Cacequi.

Através do site da Prefeitura foi possível visualizar o PPA, foram coletadas as ações voltadas a Educação, e por meio da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e também do Setor de Contabilidade da prefeitura de Cacequi, foram possíveis obter informações sobre execução de cada ação, quais estão sendo realizadas e quais não estão sendo realizadas, conforme pode ser visualizado no Quadro 4.

Quadro 4: Ações previstas no PPA 2014-2017.

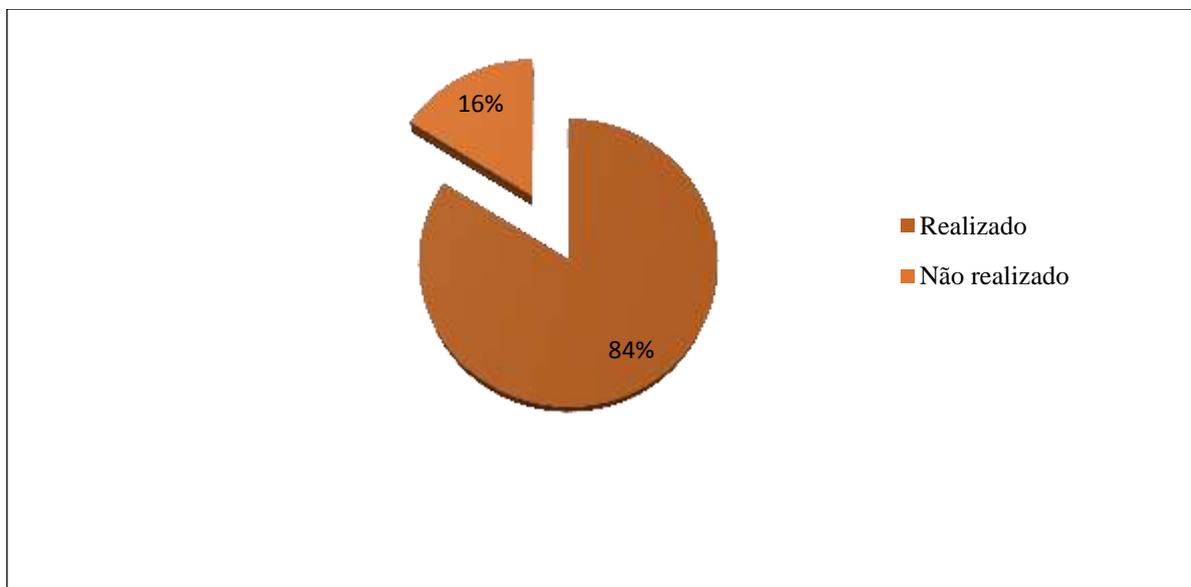
Ações	Sim	Não
Manut. da FOPAG SECM - MDE 25% CF		
Complementação FOPAG FUNDEB - MDE 25% CF		
Manutenção da SECM - MDE 25% da CF		
Conserv. e Manut. do Transporte Escolar - MDE 25% da CF		
Manut. Valorização do Magistério - MOBREC 25% da CF		
Manutenção da FOPAG do FUNDEB 60%		
Manutenção da FOPAG do FUNDEB 40%		
Manut.Conserv.Prédios Escolares - Salário Educação		
Manut.Conserv.Transp.Escolar - Salário Educação		
Manut.Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE-FNDE		
Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental		
Manutenção da Merenda Escolar - Escolas - Rec. Próprios		
Manut. Conserv. Transp.Escolar União – FNDE		
Manutenção do Transporte Escolar – Estado		
Aquisição de Equip. e Materiais Permanentes Sal. Educ.		
Complementação FOPAG FUNDEB - MDE 25% CF		
Manutenção do Ensino Pré Escolar - MDE 25% da CF		
Manut. da FOPAG Educação Infantil - 60% FUNDEB		
Manut. da FOPAG Educação Infantil - 40% FUNDEB		
Manutenção da Alimentação Escolar - Pré Escola		
Manutenção da Merenda Escolar - Creches – RP		
Manutenção da Alimentação Escolar – Creches		
Manut.do EJA - Educ.Jovens e Adultos -MDE 25% CF		
Manutenção da Alimentação Escolar – EJA		
Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Médio Estado		
Manutenção da UAB- Universidade Aberta do Brasil		
Manut.do Projeto Amigos do Esporte e Craque na Escola		
Complementação FOPAG FUNDEB - MDE 25% CF		
Manut. da Educação Especial - MDE 25% CF		
Manut. da FOPAG Educação Especial - 60% FUNDEB		
Manut. da FOPAG Educação Especial - 40% FUNDEB		
Manutenção da Alimentação Escolar – AEE		

Fonte: Autor.

Observa-se a objetividade das ações, priorizando a folha e pagamento dos servidores, a manutenção dos prédios escolares e também a alimentação fornecida nas escolas, pois o PPA em seu todo, apresenta um foco principal na manutenção da máquina pública.

Além disso, observa-se no Gráfico 1 que foram realizadas 84% que correspondem a 27 ações previstas no PPA 2014-2017 e apenas 16% que correspondem a 5 não foram realizadas de um total de 32 ações.

Gráfico 1: Ações realizadas no PPA 2014 – 2017.



Fonte: Autor

Quando questionada a execução das ações, as que não estão sendo realizadas foram justificadas. O transporte escolar para escolas do estado, desde o final do ano de 2015 o município não possui mais o convênio, em razão de que os valores dos repasses eram baixos, gerando mais gastos para o município com manutenção e conservação dos veículos, e com frequência eram repassados fora do prazo, causando transtorno. Este serviço atualmente é realizado pelo Poder Executivo do Estado.

Também na manutenção da Educação para Jovens e Adultos (EJA) foi mencionado que apesar de haver recurso não houve alunos para fechamento de turmas, também justificando a não manutenção da alimentação escolar do EJA.

As dificuldades encontradas para o cumprimento das ações do PPA, de acordo com a secretária adjunta de educação, se devem a demora de repasses da união.

Apesar da realização de audiências públicas para explanação das ações do PPA, existe pouca ou quase nenhuma participação da população em Cacequi, o que é um aspecto negativo.

Como descrito na Constituição Federal é obrigação do município investir no mínimo 25% do seu orçamento em educação, dessa forma, se no PPA foi prevista alguma ação que por motivo não foi realizada, como pudemos observar nesse caso, esse recurso é destinado para outra ação que seja voltada a educação, como no evento Feira do Livro “Nos trilhos da leitura”.

Ainda, de acordo com o portal da transparência, a previsão das despesas totais de educação apresentadas aumentaram nos últimos anos, porém apresentam correções durante o exercício, conforme pode ser visualizada no Quadro 5.

Quadro 5: Despesas educação portal da transparência.

<b>Orçado</b>	<b>Corrigido</b>	<b>Executado</b>	<b>Restante</b>	<b>Ano</b>
6.953.906,52	784.102,26	7.137.894,62	600.114,16	<b>2014</b>
7.190.880,36	1.274.283,19	7.896.600,10	568.563,45	<b>2015</b>
8.354.416,02	545.402,99	8.244.323,42	655.495,59	<b>2016</b>
8.786.057,11	118.930,42	7.980.542,51	924.445,02	<b>2017</b>

Fonte: Autor.

As correções ocorrem, quando se tem alguma alteração no orçamento, assim como, suplementação ou redução de dotação.

## 6. SUGESTÕES E MELHORIAS

Na pesquisa observamos que 84% das ações previstas no Plano Plurianual 2014-2017 estão sendo realizados, entretanto, esses 16% que não estão sendo realizados, correspondem à manutenção e alimentação da Educação para Jovens e Adultos (EJA) e transporte para escolas estaduais.

No caso do EJA, as turmas não estão fechando por causa de alunos, pode ser desenvolvido um plano de ação conforme pode ser visualizado no Quadro 6:

Quadro 6: Plano de Ação EJA.

<b>PLANO DE AÇÃO</b>	
Divulgação EJA – Educação de Jovens e Adultos	
<b>OBJETIVO</b>	Obter alunos para o EJA.
<b>O QUÊ</b>	Incentivar jovens e adultos que ainda não concluíram seus estudos na educação básica, a realizar sua matrícula no EJA.
<b>POR QUE</b>	Para que tenham alunos suficientes para o fechamento das turmas.
<b>COMO</b>	Através de divulgação em meios de comunicação, incentivando a conclusão dos estudos, enfatizando sua importância.
<b>QUEM</b>	Secretaria de Educação e comunidade escolar.

Fonte: Autor.

Com esse plano seria possível divulgar e incentivar cidadãos a se matricularem no EJA, pois muitas pessoas, por falta de informação não procuram tal benefício que as escolas do município têm condições de oferecer.

Já no caso do transporte escolar para as escolas estaduais, no momento o município desfez este convênio, e no momento seguinte foi terceirizado pelo poder executivo do Estado.

De acordo com a direção de uma das escolas estaduais, se pode observar como aspecto positivo que as escolas estaduais estão tendo mais autonomia, pois, não possuem o mesmo calendário escolar que as do município e por vezes havia desencontros em dias letivos em que em algumas das escolas não havia aula.

## 7. CONCLUSÃO

Através desta pesquisa foi possível observar as ações previstas no Plano Plurianual 2014-2017 e avaliar quais estão sendo realizadas e quais não estão sendo realizadas.

Verifica-se que a maior parte das ações previstas foram executadas pela secretaria, e para as que não estão em execução, foram apresentadas soluções para que se tornem efetivas, e se pode sugerir ideias para que isso ocorra. Podendo assim buscar cada vez mais um melhor planejamento para que correspondam os interesses da coletividade.

Dessa forma conclui-se que é de extrema importância que haja esse tipo de avaliação, que traz benefícios para planos futuros, podendo fazer correções para alcançar com êxito suas metas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência: Filosofia e Prática Da Pesquisa**. Engage Learning, 2004.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BEUREN, I. M. et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Decreto n.200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências**. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm) > Acesso em: 08 de março de 2018.

DA SILVA, Lorena Elisabete Dias. Rio Grande do Sul. Secretaria da Fazenda. **Manual do gestor público: um guia de orientação ao gestor público**. — 3.ed. -- Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2013.

DA SILVA, Rodrigo Belmonte et al. **Gestão Pública: Inovações e Modelos** – Curitiba: CRV, 2016.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Reinaldo. **Políticas Públicas: princípios propósitos e processos**. – São Paulo: Atlas, 2012.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: Teoria e Prática**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LACOMBE, Francisco José Masset et al. **Administração: Princípios e tendências**. 2. ed. rev.e atualizada. – São Paulo: Saraiva, 2008.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública, tomo II**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual da Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI. **Historia do Município**, 2018. Disponível em:  
< <http://www.cacequi.rs.gov.br/municipio/historia.html>> Acesso em: 08 março 2018.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de informações públicas municipais: sistemas de informação e de conhecimento, informática e governo eletrônico integrados aos planejamentos das prefeituras e municípios**. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 3, p. 505-536, 2007.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.;

SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damascena. – 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.